

A Campanha Civilista e Emancipação da Vila de Itabuna: “A fruta estava para ser colhida”? (1906-1910)

¹Willan de Souza Januário

Resumo: Na fase final da pesquisa pretende-se demonstrar como as eleições de 1910 poderiam ter influenciado os enlances políticos em Itabuna no período. Nesse sentido, é extremamente essencial apresentar o peso da campanha sobre o processo emancipatório da cidade, que se concretizou no mesmo ano. Para isso, a análise da historiografia memorialista regional será relevante por demonstrar a sua versão sobre a chamada Emancipação Política que centraliza o fato ao “suntuoso progresso” da então Vila de Tabocas nos anos anteriores há esse ano. Em contrapartida apresentaremos as obras de historiadores como Guerreiro de Freitas (1979), Falcón (1995) e Sampaio (1992) que estudam a economia e sociedade cacaueteira e baiana nesses anos. Com isso pretendemos dar uma nova contribuição e contextualizar a história social e política regional referente às eleições e a emancipação “grapiúna” em 1910.

Palavras-Chave: Campanha Civilista – Emancipação – Associação Comercial de Itabuna.

O objetivo de se estudar a emancipação itabunense junto ao processo da Campanha Civilista foi, de início, uma suposição, acreditávamos haver uma relação de datas, pois, ambas se desenrolaram no mesmo ano, 1910. Com, o percorrer do estudo isso foi, de certa forma, confirmado. Porém, essa relação se estabeleceu de outras formas, já apontadas anteriormente.

Com o estudo da proximidade entre esses dois eventos outro tema surgiu em contrapartida: como ou por que Itabuna conseguiu e/ou obteve sua emancipação? Essa pergunta tem algumas possíveis respostas ao se verificar obras que se propõe ao

¹ Graduando do nono semestre da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e bolsista voluntário pela mesma universidade.

aprofundamento do estudo. No que se refere aos memorialistas, esta pesquisa se deparou com uma problemática, qual seja a do progresso grapiúna. Esses estudiosos em sua maioria propõem ao leitor o argumento de que Itabuna estava em franca expansão econômica e que esse crescimento foi o verdadeiro responsável por essa separação entre Ilhéus e a então Tabocas.

Tendo como um dos objetivos centrais uma contextualização problematizadora entre as vertentes da Campanha Civilista e os desdobramentos desta na região, no caso específico o da emancipação, analisa-se o discurso dos memorialistas de que Itabuna, essencialmente, se libertou por seu esplêndido desenvolvimento, capaz de fazer surgir uma cidade totalmente autônoma. Ainda, esses estudiosos apontam ações políticas de personalidades regionais no intuito de conseguir à tão almejada emancipação política da cidade que “deflagrava desenvolvimento”, como Arlindo e Olinto Leone, Firmino Alves, Henrique Alves, João Mangabeira, etc. Nesse sentido tem-se o intuito de entender essas atuações.

Inicialmente, uma das primeiras indagações foi: 1) É possível enxergar outras vertentes para além desse progresso, que não excluiria, mas, daria outras visões sobre a emancipação ligada aos reflexos finais da Campanha Civilista? Como foi a atuação dos líderes no contexto das eleições de 1910? E se houve realmente essa atuação como influenciou? Desde já, é essencial apontar que se houve esse crescimento, podem existir outros fatores que somados ajudaram Itabuna em sua autonomia, como também não podemos excluir o fato de que a vila podia sim estar em ritmo de desenvolvimento. Nesse sentido, é bom indagar que tipo de crescimento era esse, como e por que motivo cresceu.

Para se entender essa questão é importante entender a frase em destaque no subtítulo deste capítulo – “*A fruta estava para ser colhida*” – do escritor Adelindo Kfoury Silveira – importante memorialista na análise de todo o processo desta pesquisa. Ela se refere ao processo da emancipação de Itabuna apresentado em sua obra. Tal frase remete à idéia de que o processo de separação da cidade de Ilhéus foi algo natural, conquistado devido a um suposto crescimento vertiginoso que ocorrera naqueles anos e

a atuação de dirigentes locais atuando isoladamente com o objetivo de alcançar essa autonomia. A vila com isso viveria seus os últimos dias como uma simples extensão de Ilhéus e estaria pronta para um “vôo solo”.

O leitor verá nessa parte do trabalho monográfico uma série de obras de historiadores e dados relevantes que apontam a produção de cacau – pois, é impossível falar de economia regional no período sem apresentar a produção do produto na balança comercial das cidades locais e seu peso nos cofres do Estado da Bahia, nesses anos. Para se discutir a relação entre os efeitos das eleições de 1910 sobre a emancipação do então Arraial de Tabocas é imprescindível dizer como se encontrava o contexto socioeconômico da região cacauzeira na primeira década do século – que apontaria suntuosidade para um futuro próximo a elite do cacau.

Nesse sentido, a obra de Antônio Fernando Guerreiro de Freitas (1979), “*Os Donos dos Frutos de Ouro*”² traz dados relevantes às perguntas sobre a questão socioeconômica regional do final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX. Antes de apresentar outras análises dos estudos de Guerreiro de Freitas, é possível constatar que ele deixa em evidência sua apreciação sobre a constante tentativa, por parte da elite do cacau, de crescer sua influência entre os líderes estaduais, por considerar legítimo a busca de uma maior participação nos meios políticos e representativos baianos, devido à ascensão da produção de amêndoas de cacau na balança comercial do estado. De secundário o produto iria assumir o papel de liderança entre outros como o fumo, o açúcar e o café baiano, a partir de 1904.³

Essa elite iria se sentir disposta a buscar formas de fazer representar suas ambições, gostos e melhorias na região. Tal procura não se mostrou fácil aos que Guerreiro (1979) chama de “novos ricos”. E, tentariam externar dos mais diversos

² Dissertação apresentada ao mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

³ Já Consuelo Novais Sampaio (1992) em “Poder e Representação” aponta que o cacau começou a liderar a pauta de produção baiana a partir de 1907.

[SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA]

meios, seu crescente poder nas localidades, por não serem reconhecidos como um “sustentáculo” na economia estadual. Dessa forma, aponta que até a década de 1930 essa classe dirigente, mesmo crescendo as finanças baianas, tentará estender seu poderio para além dos limites regionais.

Acrescente-se o fato de até esse período a lavoura cacaeira não disponibilizar de uma política de auxílio que conseguisse suprir suas necessidades. Ainda segundo o autor, essa ausência de ações concretas levou a adoção de artifícios emergenciais devido à instabilidade do cacau. Além do mais, o produto foi auxiliado por medidas que tinham caráter passageiro, que por sua vez se inseria dentro de uma política voltada a beneficiar, diretamente, o maior produto nacional desses anos, o café, e consequentemente, sua burguesia agrocomercial.

Frustrados em constante tentativa de procurar reconhecimento estadual alguns grupos sociais se uniram e se mostraram unidos política e ideologicamente. No que aponta Guerreiro (1979), em Ilhéus surgiu a Associação Comercial, em 1912, e a Associação Comercial de Itabuna foi em 1908 – atenção: quando a localidade era apenas a Vila de Tabocas – e se fortaleceu no mesmo ano do surgimento do grupo da vizinha Ilhéus, 1912.

O autor aponta mais formas da elite cacaeira procurar mostrar seu poder. Além de criar esses grupos de pressão, houve o envolvimento de toda a sociedade como um todo, com o intuito de favorecer a pequena parcela da sociedade que se beneficiava com os frutos do crescimento do cacau. Acontecendo assim uma identificação regional dos interesses dessa minoria que se achava na legitimidade de fazer valer seus direitos.

Mesmo evidenciando sua importância e na tentativa de demonstrar certo requinte cultural na maneira como se comportar e buscar seu lazer – o chamado *francesismo* – essa classe dirigente não conseguiu, durante o período estudado, as mudanças que queriam: a melhoria e modernização da estrutura regional como a sua constante busca pelo reconhecimento.

Em contrapartida, o que chama atenção é o fato da historiografia memorialista regional, já citada, que evidencia as relações entre os dirigentes locais do sul do estado e os governantes baianos discorrendo sobre os enlances políticos entre essas elites como se já houvesse uma relação já consolidada, próxima, e com isso de reconhecimento da importância da sociedade cacauzeira dentro da política regional. E ainda, essa relação seria capaz de estabelecer benefícios internos.⁴ Analisando as obras memorialistas é possível perceber certos mediadores entre os interesses regionais e a capital, como o então Deputado Arlindo Leone, que morava em Salvador e seu irmão Olinto Leone, então intendente de Itabuna. Arlindo é descrito como um importante articulador na emancipação do Arraial de Tabocas.⁵

A leitura da obra de Guerreiro de Freitas e o direcionamento sobre a emancipação e a situação socioeconômica da região estudada levam a dedução de algo concreto. No que diz respeito à necessidade da classe dirigente regional de expandir seus objetivos e galgar, nas três primeiras décadas do século XX, reconhecimento dentro do seio político baiano que a emancipação de Itabuna pode ter surgido dentro do contexto dessa procura por prestígio. Desde 1906 os dirigentes grapiúnas galgaram um tipo de emancipação – a chamada *emancipação econômica* onde Itabuna deixaria de ser apenas parte de Ilhéus para se transformar em Vila da mesma cidade – e de certa forma nesses anos, até 1910, buscou-se certo apreço entre as autoridades da capital por Itabuna.

Podemos citar a esse respeito o tipo de política citada por Guerreiro, que se constituiu prática comum na região. A saída dos dirigentes locais para os berços políticos baianos, que se concentravam na capital. No caso de Itabuna, é possível perceber isso, de certa forma, nas Atas do Legislativo, aonde são citadas inúmeras vezes a presença dos Intendentes e representantes em Salvador na busca de seus interesses.⁶

⁴ A própria emancipação foi um benefício. Consolidado com a assinatura de Araújo Pinho.

⁵ Memorialistas como Silveira (2002), Carlos Pereira Filho (1960).

⁶ É possível ver isso em várias sessões na Atas da Câmara Municipal de Itabuna, localizadas no Arquivo Municipal da cidade.

No que se diz respeito à emancipação de 1910, vemos o caso do Deputado Arlindo Leone, que morava na Capital, funcionando como uma espécie de porta-voz do seu irmão Olinto Leone, que também constantemente se deslocava para Salvador.

A idéia do crescimento regional é óbvia, o sul da Bahia teria na produção de cacau seu fortalecimento. Entretanto, temos aqui um crescimento que servia de sustentáculo aos cofres estaduais, mas, não tinha o reconhecimento que seus moradores desejavam. O que se propõe nessa pesquisa é que o crescimento da produção de arrobas de cacau não é o fator único que se constituiu como capaz de criar uma política de progresso econômico tão espantoso e que refletisse isso na vida política estadual como afirmam os memorialistas, já nesses anos. É essencial notar que essa vertente não pode ser vista como único fator para uma arrancada a autonomia da vila, que vinha em busca dessa emancipação desde 1906. O cacau, mesmo crescendo e liderando os produtos baianos a partir de 1904, sofria variáveis, pois, entre outros fatores como o clima, não dispunha de uma política fixa que ajudasse na sua hegemonia entre os políticos baianos da Capital. Existiam outros palcos e atores envolvidos nesse singular acontecimento que foi a emancipação itabunense, não explicitada entre os estudiosos apontados.

Em “*Os Coronéis do Cacau*”, (1995), o historiador Gustavo Falcón evidencia que a região sul não conseguiu acrescentar a estrutura necessária a seu crescimento e importância, tal como um “*porto, trapiches, casas bancárias, agências de câmbios*”, dentre outros. O sul dependia fundamentalmente do aparelhamento produtivo da Capital. Falcón (1995), assim como Guerreiro de Freitas, se questiona dos motivos que apontam a região sul com tamanha importância, mas, sem conseguir impor sua hegemonia. Ainda, vai um pouco mais longe quando se indaga dos motivos reais que levaram *os fazendeiros a não estabelecerem sua importância já que sustentavam as despesas do estado*.

Falcón dedica uma parte do livro sobre ao que chama de “vertigem do desenvolvimento” regional, especificamente direcionando esse crescimento a Ilhéus. Discorre dessa maneira que “*não é sem razão que a crônica provinciana local refere-se*

a este crescimento com indisfarçável orgulho, de forma tão ufanista”.⁷ Destacando o movimento de caixeiros-viajantes, a estrada ferro Ilhéus-Itabuna,⁸ e dentre outros a inauguração de uma espécie de banco popular, único do período, feito por Misael Tavares, importante personalidade ilheense. E, para compor essa parte de sua obra dedicada a esse crescimento Falcón utiliza estudiosos locais como Carlos Pereira Filho e Francisco Borges de Barros. Dessa forma o historiador fala desse desenvolvimento regional e, de certa forma, concorda com esses estudiosos que discorrem sobre Ilhéus.

Entretanto, lendo os pormenores, as entrelinhas da narrativa de Falcón, ao falar sobre o crescimento regional e citando memorialistas para isso, podemos subtender que ele fala de um desenvolvimento direcionado a Ilhéus. Mesmo citando Itabuna dentro desse contexto, direciona o crescimento regional centrado na cidade de Ilhéus. Nesse sentido, ao voltarmos à atenção a problemática em questão, que é o progresso da Vila de Tabocas e a emancipação de 1910, podemos inferir também, que de forma peculiar, o crescimento grapiúna foi conseqüência do de sua cidade sede. Este por sua vez gerou o *desenvolvimento comercial* da região - que tem na antiga Vila de Itabuna seu representante. Esse crescimento provocou uma ruptura econômica com Ilhéus, num primeiro momento, especificamente, em 1906.

Que por seu turno, está relacionado dentro do que tanto Falcón (1995) quanto Guerreiro (1979) estabelece ao falar que a sociedade cacauera até a década de 1930 ainda não tinha obtido o reconhecimento de seu peso, devido a sua incontestável importância no sustento das finanças estaduais e exteriorizava – através de construções, investimentos em crédito e bancos, no *francesismo*, e em outros investimentos - esse crescimento buscando das mais diversas formas o prestígio que julgavam dignos. Investimento esse que era papel do estado.

No que pese aos anos próximos a 1910 – ano da emancipação itabunense – começava a se indicar que era preciso começar a criar uma política que ligasse a

⁷ FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador, Ianamá, 1995, pg. 45.

⁸ Empreendida pela empresa *The State of Bahia South Western Railway Limited*.

produção à demanda.⁹ Guerreiro (1979) aponta que a partir desse ano o número de hipotecas de fazenda seria uma prática rotineira como garantia de empréstimo dos fazendeiros para investimentos em suas lavouras. O que chama atenção, na opinião do autor, que essa prática acontecia em anos considerados anormais, indicado assim que 1910 seria um ano atípico. Consuelo Novais Sampaio (1992) mostra gráficos que caracterizam o caráter flutuante do crescimento das exportações baianos do cacau em comparação com outros produtos. E, esses gráficos parecem indicar que em 1910 houve uma significativa baixa em comparação com o fumo no que se refere ao volume de exportação, mas, o cacau seguiria sua ascensão.

O que se pode concluir com a análise dos historiadores apontados e suas respectivas teses é que o produto estava seguindo uma curva crescente nas contas da Bahia. Porém, é notório que faltava a essa monocultura uma atenção e políticas que firmassem essa subida.

Itabuna consolidaria sua emancipação, entre outros fatores, a uma classe dirigente que de certa forma estava organizada e disposta a buscar seus objetivos. Destaca-se o fato de Itabuna ter uma associação comercial fundada antes de Ilhéus, em 1908, dois anos depois da chamada emancipação econômica. Mas, afinal em que medida a Campanha Civilista teve influência no processo emancipatório grapiúna?

Para falar sobre isso é preciso dizer que muitas coisas sobre a emancipação, os interesses políticos e conseqüentemente a Campanha de 1910, aconteceram por traz das cenas e enredos constantemente narrados por estudiosos regionais. Deve-se entender sobre outra ótica o processo de ruptura de 1906, a criação da então *União Comercial de Itabuna*, na atuação dos conselheiros municipais da vila e o momento político que a Bahia enfrentava nessa década.

A chamada emancipação econômica que desmembraria o Arraial de Tabocas da cidade de Ilhéus e o transformaria em vila é essencial para entender a emancipação política de 1910. De 1906 a meados de 1907 a vila estava ainda muito atrelada a sua

⁹ "Os donos dos frutos do Ouro", pg. 32.

cidade, prova disso é o fato de não se ter registros de sessões do Conselho Municipal da Vila até esse período. Com o início das atividades legislativas em 1908 percebe-se um desejo ainda enraizado de uma Itabuna mais autônoma, podemos ver isso através dos discursos aclamados entre os legisladores que exaltam e chegam a declarar *inaugurado o novo município*.¹⁰ Esse discurso se refere a sessão de posse do primeiro conselho municipal da vila. Em vários momentos, quando se analisa os discursos desses conselheiros, é explícito esse anseio. E, de certa forma pode-se deduzir isso na forma organizada e pomposa como se fazia as assembléias, digna de uma cidade organizada.

Temos assim uma periodização, quatro anos, que seria palco de articulações – de certa forma entre os bastidores – para uma desvinculação definitiva da cidade de Ilhéus. Itabuna, que aumentaria sua importância seria centro do *desenvolvimento comercial* da região, estreitamente ligado a ascensão da produção e exportação do cacau. Esse comércio gerou uma classe dirigente de caráter comercial, disposta a defender seus interesses. Nesse momento surge uma instituição que será importante no entendimento da emancipação de 1910.

Para explicar essa questão é imprescindível voltar à tese de Guerreiro (1979) quando se refere aos grupos de pressão que surgiram para acionar os direitos que a classe dirigente da região sul se sentia dona. Dentre outras se encontram as associações comerciais. Como já foi dito, a Associação Comercial de Itabuna surgiu antes da de Ilhéus, em 1908. Esse fato assinala uma dedução relevante.

Apresentamos a vertente de que a então “União Comercial de Itabuna” teve não só uma participação efetiva na emancipação como foi uma de suas realizadoras. Como também já foi assinalado um dos fatores que faria a autonomia itabunense se concretizar, definitivamente, seria antes a existência de uma classe dirigente organizada do que o “vertiginoso progresso” descrito pelos estudiosos regionais. Nesse contexto é que se vê uma peculiaridade do tipo e membros dessa classe dominante. O caráter

¹⁰ Ata da Câmara Municipal em 01.01.1908, p.3.

itabunense no período de sua formação parece assinalar um surgimento de comerciantes dispostos a lutar por seus interesses.

Entretanto uma coisa não exclui a outra, ou seja, o crescimento econômico e a organização política podem ser vistos como complementares. Acrescente-se que a associação de comerciantes da vila surgiu com o intuito de abolir a política dos autos impostos cobrados pelos fiscais do governo baiano, que constantemente estavam em Itabuna.¹¹ Com essa afirmação, podemos entender que os comerciantes estavam unidos politicamente com um objetivo em comum: consolidar o crescimento comercial da vila. Logicamente fruto da produção regional de cacau, mas, que em Itabuna se caracterizaria pelo crescente comércio.

Com essa dedução várias perguntas surgiram: os interesses entre comerciantes e cacauicultores seriam os mesmos? Eram membros da União Comercial de Itabuna apenas comerciantes ou existiam produtores de cacau entre os participantes? E os Coronéis nesse sentido, aderiram à emancipação em massa? No que se refere à associação de ilhéus os historiadores parecem indicar que em certos momentos os interesses entre cacauicultores e comerciantes se confundem.¹²

Mas, afinal em Itabuna, no recorte cronológico indicado, os interesses entre esses dirigentes se entrelaçavam? Se entendermos o momento, poderíamos mostrar uma vila que se caracterizava economicamente e se vinculava ao comércio. É interessante notar que leis serão criadas para regulamentar a vida comercial, tais como os modos como açougueiros deveriam construir seus estabelecimentos, o horário em que caixeiros-viajantes deveriam transitar e contribuições financeiras a associação, tudo isso

¹¹ ANDRADE, José Dantas de. Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna. 1 ed. Itabuna: Edições Itagraf, 1963, pg. 149.

¹² OLIVEIRA, Tabatha Cristian. **As estratégias de ação da associação comercial de Ilhéus : 1912-1920.** Ilhéus, 2001. 41f Monografia(Graduação) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas

lavrado pelos conselheiros. Conselheiros esses que também são membros de tal associação.

Identificamos pelo menos três legisladores, efetivos, que faziam parte dos dirigentes da União Comercial de Itabuna: Antonio Baptista de Oliveira, Américo Primitivo dos Santos e Firmino Ribeiro Oliveira. Antônio Baptista, no primeiro mandato do Conselho itabunense não terá tanto destaque como os demais membros da câmara municipal, mas, que na Associação foi o vice-presidente, com isso entende-se que tal conselheiro poderia ser um articulador entre os dois órgãos. O segundo e terceiro são mencionados na ata da primeira reunião da organização comercial em uma votação para mesa. Firmino Ribeiro Oliveira assumiu a mesa diretora da associação, pois o primeiro colocado não foi empossado no cargo de presidente. Na análise da documentação foi possível perceber a presença das mesmas figuras que percorriam os corredores do Conselho Municipal comparecer as reuniões da união comercial da vila.

O estudioso José Dantas de Andrade (1963), o Dantinhas, apresenta detalhes importantes sobre a associação. Dentre as minúcias o memorialista evidencia que uma nova mesa diretora interrompeu as reuniões e conseqüentemente paralisaria a busca por seus interesses. Nesse sentido, tal afirmação poderia invalidar a dedução apresentada nesta pesquisa de que a associação teve participação na emancipação de 1910 e que os comerciantes é que lideraram o evento, pois, ainda segundo Dantinhas a sociedade se reorganizaria em 1912. Mas, ao olharmos por outro ângulo a afirmação do memorialista podemos reforçar ainda mais dedução. Já, que outro órgão buscava interesses semelhantes aos dos comerciantes, o Conselho Municipal da Vila de Itabuna, que como foi citado tinha os mesmos personagens da sociedade comercial.

A decisão de organizar uma entidade vem do seio do conselho itabunense, onde se marcou data específica para a escolha dos dirigentes.¹³ Com isso pode-se entender que as duas instituições não só se assemelhavam em seus interesses, mas, se

¹³ http://o100tenariodeitabuna.blogspot.com/2009_08_04_archive.html

confundiam. A Associação Comercial poderia de certa forma não ter tido reuniões formais nesse período, porém, não descartasse que eles se reuniram informalmente se institucionalizando no conselho municipal.

No momento inicial, a vila poderia ter vivido uma espécie de “racha” entre os interesses que envolvem a emancipação de 1910. Seria proveitoso aos Coronéis ter um município desmembrado da cidade de Ilhéus, símbolo e progresso do crescimento do cacau? O desmembramento de 1906 pareceu não ter tido apoio do Coronel Antônio Pessoa da Costa, de Ilhéus, ao que considerou a atitude do membro de seu partido, Firmino Alves, solicitando a desvinculação ao governador do período, José Marcelino, como uma rebeldia. O líder itabunense escreveu uma carta apresentando motivos que justificassem a criação da vila.¹⁴ Tal carta já assinala um forte sentimento por uma Itabuna livre, onde Firmino aponta características que segundo sua compreensão poderiam garantir que Itabuna pudesse se transformar em cidade.

Em veracidade, é preciso antes entender que o contexto do “cisma político” da Bahia, iniciado nas eleições de 1907, bem assinalado por Consuelo Novais Sampaio (1999) foi o grande propugnado da autonomia de 1910. Dissidências ocorreram em toda Bahia por os chefes políticos do PRB, José Marcelino e Severino Vieira, se divergirem na escolha do candidato para o mandato 1908-12, enquanto José Joaquim Seabra ganhava crescente destaque no estado. Os rachas políticos postos por esse processo possibilitaram aos dirigentes itabunenses procurar apoio para seus objetivos, a política baiana estava enfraquecida, mas, Itabuna buscava seu fortalecimento político durante esses quatro anos. Este, por sua vez, deve ter criado conflito entre os dois grupos ocasionando uma ruptura econômica com Ilhéus num primeiro momento.

A partir daí foram precisos 4 anos (1906-1910) para conseguir aliados políticos para emancipação de Itabuna. A campanha Civilista caiu como uma luva para os itabunenses, pois a dissidência entre os políticos estaduais favoreceu a adesão de alguns a emancipação. A explicação para a emancipação está antes naquilo que Sampaio

¹⁴ FREIRE, José Alves de Souza. “Firmino Alves: Fundador de Itabuna”. 2 ed. Itabuna: Edições Itagraf, 1963.

mostrou, ou seja, a nova configuração política estadual entre 1906 -1912 que na Campanha civilista em si. Ao que as fontes indicam, Itabuna permaneceu firme ao grupo de Marcelino e posteriormente ao seu candidato e vencedor das eleições, Araújo Pinho, o que não poderia excluir a possibilidade de sondagens, por trás das cenas, com outros líderes.

A postura de Itabuna foi decisiva, pois o Conselho Municipal – que continha em sua mesa diretora os interesses e figuras do Comércio- apoiaram os respectivos mandatos de José Marcelino e Araújo Pinho na região, podendo ter recebido apoio de Coronéis como Firmino Alves, Firmino Ribeiro Oliveira (conselheiro municipal) para conseguir apoio junto ao Executivo baiano na emancipação de 1910. Obtiveram importante assinatura de Pinho.

Em resumo, a pesquisa defende que a “*fruta não estava para ser colhida*” tão facilmente, ou seja, o processo da emancipação foi um verdadeiro “jogo de xadrez” de interesses. E, que é preciso reconhecer a organização da elite itabunense na representatividade da Associação Comercial e no Conselho Municipal, dando destaque aos comerciantes, na autonomia de 1910.